



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Editado conforme Resolução da Mesa nº 041/08,  
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Boa Vista-RR, 01 de dezembro de 2015

Edição 2184 | Páginas: 08

Palácio Antônio Martins, nº 202, Centro | 7ª LEGISLATURA | 50º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Brito Bezerra (PP) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Oleno Matos (PDT) - Membro

#### Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente  
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro

#### Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro

#### Suplentes:

1º - Chico Guerra (PROS)  
2º - Oleno Matos (PDT)

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
Diego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente  
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Membro  
Chico Mozart (PRP) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

#### Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente  
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro  
Francisco Mozart (PRP) - Membro

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente  
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente  
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

#### Atos Administrativos

- Resoluções nº 319 a 322/2015 - DGP 02  
- Errata - Gerência de Documentação Geral 02

#### Atas Plenárias

- Ata da 2453ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

MATÉRIAS E  
PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), em formato .doc (Word), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015 e pelo e-mail docgeralale@gmail.com de segunda a sexta-feira.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES**
**RESOLUÇÃO Nº 319/2015-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE**

**Art. 1º Conceder** os 10 (dez) dias restantes das férias da servidora CAMILA SALES LIMA, matrícula 15793, no período de 14/12/2015 a 23/12/2015, referentes ao exercício de 2015, as quais foram suspensas pela resolução 231/2015-DGP.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 320/2015-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE**

**Art. 1º Conceder** os 15 (quinze) dias restantes das férias do servidor RAONE GUIMARAES BARROS, matrícula 14605, no período de 17/12/2015 a 31/12/2015, referentes ao exercício de 2014.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 321/2015-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE**

**Art. 1º Conceder** os 15 (quinze) dias restantes das férias do servidor GUILHERME DA MATA JOSE, matrícula 14610, no período de 21/12/2015 a 04/01/2016, referentes ao exercício de 2015.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 322/2015-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE**

**Art. 1º Conceder** as férias do servidor LAUDIMAR LAUREANO SAMPAIO, matrícula 12947, no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, referentes ao exercício de 2015, as quais foram suspensas.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**
**ERRATA**

**RETIFICAMOS, na seção SUMÁRIO – publicada no Diário da Assembleia, edição nº 2182 de 27 de novembro de 2015:**

Onde se lê: Errata da Resolução nº 305/2015 - DGP

Leia-se: Errata da Resolução nº 244/2015 - DGP

Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2015.

**DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS**

Gerente de Documentação Geral

**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2453ª SESSÃO, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.**

**50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

**= ORDINÁRIA =**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.**

Às nove horas do dia dez de novembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima quinquagésima terceira Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Coronel Chagas** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

- Mensagem Governamental nº 052, de 05/11/15, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei Complementar que “Cria o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima – FREBOM”;

- Mensagem Governamental nº 053, de 06/11/15, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 892, de 21 de maio de 2013, Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica de Roraima (PCCREB) e dá outras providências”;

- Ofício nº 1459, de 05/11/15, da Secretária-Chefe da Casa Civil, encaminhando cópia do Ofício nº 955/15 - ITERAIMA.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

-Indicação s/nº, de 05/11/15, do Deputado Gabriel Picanço ao Governo do Estado, solicitando a recuperação de estradas, pontes e vicinais na região da Vila de Serra Dourada, Município de Caracaraí, que não oferecem trafegabilidade com segurança;

- Ofício nº 047, de 03/11/15, da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social, solicitando providências quanto ao desmembramento da referida Comissão;

- Memorando nº 086, de 05/11/15, do Deputado Oleno Matos, comunicando sua ausência nesta Casa Legislativa, no período de 6 a 15 de novembro do corrente ano;

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 05/11/15, do Deputado Evangelista Siqueira, que concede a Comenda Orgulho de Roraima à Instituição e aos Missionários que indica, e dá outras providências;

- Proposta de Moção de Pesar s/nº, de 10/11/15, da Deputada Lenir Rodrigues, pelo falecimento do Senhor Eliésio Oliveira Bezerra e de sua filha Jannyele Filgueira Bezerra, ocorrido no dia 9 de novembro, nesta capital.

**RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:**

- Ofício nº 054, de 04/11/15, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCE/RR, encaminhando Relatório de Levantamento nº 01/15, referente ao Processo nº 0601/15 – TCE/RR.

**DIVERSOS:**

- Ofício nº 01, de 05/11/15, do Senhor Vicente de Paula Vasconcelos Barreto, solicitando cópia da Carta de Desaprovação de seu nome para a Presidência da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR;

- Ofício nº 01, de 03/11/15, da Ordem Estadual dos Ministros Evangélicos de Roraima ao Presidente desta Casa Legislativa, solicitando apoio para o lançamento da Frente Cristã em Defesa da Família;

- Ofício nº 022, de 09/11/15, do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Roraima - SINTAGRR, reiterando os Ofícios nºs 020 e 021/15-SINTAGRR, encaminhado a esta Casa de Leis, denunciando o Presidente Interino da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR;

- Ofício nº 06, de 04/11/15, do Movimento em Defesa da Educação Escolar Indígena ao Presidente desta Casa Legislativa, encaminhando propostas referentes à Lei nº 892, de 21/05/13, que “dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica de Roraima (PCCREB) e dá outras providências”.

Era que o constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhora Presidente, demais parlamentares, povo aqui presente. Vou falar rápido, usar poucas palavras, só para lembrar a quem não está dando importância que no último final de semana foi brincadeira as várias quedas de energia na nossa cidade e ninguém faz nada. O tempo vai passando e o que alegam, mais uma vez, é que houve um problema na linha de transmissão da Venezuela e que tiveram que fazer com que as termoeletricas funcionassem, mas tiveram problemas, o que resultou em dez, doze apagões, tendo um deles a duração de cerca de três horas. E aí, a situação continua, ninguém sabe o que está acontecendo. A ELETROBRAS e a ELETRONORTE publicaram uma nota dizendo a mesma coisa de sempre: que devido a problemas na linha de transmissão de Gury, na Venezuela, o fornecimento foi suspenso. Quero dizer que, se ninguém tomar providências, a escuridão vai chegar. E, outra coisa, uma das autoridades lá de Brasília, ligada ao Ministério de Minas e Energia, deu entrevista dizendo que o problema é a linha de transmissão de Tucuruí que parou em Manaus, capital do Amazonas, e lá ficou porque os waimiris-atroaris não permitem a passagem do Linhão de Tucuruí. A autoridade do Ministério de Minas e Energia, responsável por esse departamento e por esse setor, disse que tudo depende da FUNAI. Aí me lembra o meu querido Deputado Gabriel Picanço que disse que quando a FUNAI chega lá, fica tudo parado e a confusão está feita. Muita gente pode até não lembrar, podem até não dar importância, mas as obras estão paradas e estão tentando convencer o grupo que estava trabalhando nesse Linhão de Tucuruí a continuar instalando a linha de transmissão até aqui. Passaram-se três anos e nada foi resolvido, o grupo que ia construir se afastou, e agora estão tentando convencer as empresas que não acreditam na promessa do Governo Federal. Quem falou isso foi a autoridade do Ministério de Minas e Energia, que tudo depende da FUNAI.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado, é muito importante essa sua explanação, até porque nós entendemos que cabe até uma audiência pública. Eu ouvi, ontem, na Voz do Brasil, o Ministro das Minas e Energia falando sobre essa linha de transmissão, que a empresa que está em Roraima teria condição sim de manter a energia da cidade, o problema é que não tem óleo diesel, o que é um absurdo, pois as pessoas pagam um valor exorbitante de energia e não tem óleo diesel para manter as nossas termoeletricas. Acho que ficar com essa desculpa de Linhão de Gury é um absurdo. Nós temos que buscar o Ministério Público para que tome providências, cobrarmos dos nossos parlamentares federais, para que pressionem esse governo que acabou de ganhar a eleição, mas que não sabe o que fazer, porque uma ONG opera dentro da reserva, a Mineração Taboca trabalha lá dentro da reserva, mas uma linha de transmissão não pode passar na beira da estrada. Vossa Excelência está coberto de razão. Eu entendo que essa discussão é pertinente e volto a ressaltar a importância da sua fala. Cabe

uma Audiência Pública para nós chamarmos aqui, o Ministério Público Federal, Estadual, a FUNAI. Nós temos que constranger esses órgãos federais que dizem que estão a favor do Brasil, mas andam de mãos dadas com as ONGs. Vossa Excelência está de parabéns pela sua fala na manhã de hoje. Obrigado!

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Só me referindo à dívida que Roraima, Amazonas e Acre têm com a PETROBRAS Distribuidora, o valor é, simplesmente, de quatro bilhões de reais. E aí, meu amigo, vai chegar o momento que ou paga na hora, ou não tem o combustível.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Deputado, só para colaborar, vemos que é preocupante essa questão de energia, pois percebo que no nosso país as ONGs têm mais poder que a Constituição, a FUNAI, que é uma Fundação, tem mais poder que a Constituição Federal. Isso é vergonhoso. A Presidência da República deveria demitir, urgentemente, todos os dirigentes da FUNAI da Região Amazônica e, para moralizar, acabar com as ONGs na Região Amazônica e colocar Generais do Exército para presidir a FUNAI, para moralizar, para ter vergonha, porque as terras indígenas não estão no nome de nenhum indígena não, as terras indígenas estão sob o domínio da nação brasileira, da União. Se a reserva Waimiri-Atroari passa na BR 174, com limites de cinquenta metros para cada lado, uso exclusivo do Governo Federal, como é que ele diz que não pode, porque as ONGs comandam e o Instituto Chico Mendes que tem apenas 10 anos de existência manda em uma Constituição que já tem séculos no País? Isso é vergonhoso, imoral, ilegal e nós temos que reagir. O senhor que tem, Deputado, um programa de muita audiência, tem que convocar o povo para fazer greve, para ir até a FUNAI, pois já que eles querem quebradeira, vamos pressionar, vamos pedir ao Ministério Público Federal que entre com uma liminar para tirar aquela corrente que é ilegal, imoral, indecente, para que nos deixem passar com o Linhão. Nós somos mais de quinhentos mil habitantes e não podemos sofrer por causa de alguns poucos que comandam ONGs, não podemos deixar que decidam nosso destino. Quem tem que decidir o destino é o povo de Roraima e o povo que para cá veio para viver. Temos que fazer alguma coisa antes que venhamos a ficar em um apagão completo. Obrigado!

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Então, era isso. Completando, gostaria de dizer que no Pitinga, ou na Mineração Taboca, dentro da reserva Waimiri-Atroari, não é todo mundo que entra não, para um cidadão entrar dá um trabalhinho. Lá é uma cidade. Na portaria daquela mineração o responsável escolhe quem pode entrar, ou seja, tem que passar pelo crivo de alguém, não sei se da FUNAI, ou da Mineradora. Outra coisa estranha, Deputado George Melo, é o que o Senhor falou também, a mineradora está instalada anos e anos dentro da reserva e somente agora existe a maior tranquilidade e harmonia entre a mineração Taboca e os índios. Para quem não lembra, há alguns anos, quando passava cinco caminhões de minérios para a mineração, tinha que dar um para os índios. Eles disseram: negativo, tem que ser dois. Aí fizeram greve, não passava nenhum caminhão e, agora, tem que ser dado dois caminhões para os índios. Então, por que existe esse acordo? Porque nós, autoridades do Estado, não conseguimos mostrar isso na esfera federal, mesmo com oito Deputados Federais e dois grandes Senadores. E como o Deputado Gabriel falou, permitem a instalação da Mineradora Taboca, mas não permitem a passagem de linha de transmissão de energia que vai beneficiar o nosso povo, cujo Estado é o único do Brasil que depende de outro País. E sabemos que a Venezuela passa por uma crise geral, de uma hora para outra a confusão se instala ali, derruba torre, toca fogo, é um inferno grande. Então, o governo está fazendo a sua parte, não tenho nada que falar dele. Tem a termoeletrica? Tem. Dá para sustentar enquanto falta energia? Não. Por quê? Porque não pagaram o combustível, eles que devem em torno de dois a três bilhões. Então, o tempo está passando e não se vê uma manifestação ordeira e pacífica para fazer valer, como fizemos anos atrás, na época da Rapos/Serra do Sol. Ninguém se manifesta, o tempo vai passando, o Governo federal não está preocupado com os 500 mil votos que tem em Roraima, porque é a quantidade de votos que tem na USP, em São Paulo. Quer dizer, o governo que está aí fala a linhagem do Lula. A Presidente talvez não faça nada e o tempo está passando. Então, nós temos que mostrar para o resto do Brasil que existimos, que não temos energia, que ninguém dá atenção para nós. Eu perguntei de uma autoridade de Brasília como estava a situação do Estado com relação à questão energética, o que me foi tido é que lá não foi dado andamento nenhum, não tem coisa nenhuma que seja firme, porque não dão importância. Agora, os apagões estão acontecendo, foram 12 e o responsável em Brasília disse que vai ficar do jeito que está, porque depende da FUNAI. O que podemos fazer para que a FUNAI faça alguma coisa? É uma

situação muito complicada e quem está sofrendo mais são as pessoas mais humildes, que não têm para onde correr. Agora, quando as trevas tomarem conta do Estado de Roraima, não adiante mais lutar, porque não tem mais jeito. Vamos lutar, enquanto ainda existe uma luzinha no fim do túnel e a esperança é grande.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, na Mineradora Taboca há um limite para as pessoas entrarem, assim como é em Jatapú também. Mas, ela foi instalada na época em que o Brasil ainda não tinha assinado o acordo, então, para que o serviço de infraestrutura passasse pelas comunidades indígenas, tinha que ter anuência das comunidades. E foi assim com o nosso glorioso inimigo do Estado de Roraima Lula. Infelizmente, por má vontade, o Estado ainda não conseguiu a independência.

Ontem, eu tive a notícia de que o Estado do Amazonas, através de liminar, conseguiu suspender o aumento na tarifa de energia elétrica. E volto a perguntar, nós estamos em um Estado que para chegar a Brasília, precisamos adular para sermos recebidos pelo Presidente da Câmara ou do Senado, senão, ficamos andando naqueles órgãos e ninguém olha para a cara da gente. E volto a perguntar: onde estão nossos Deputados Federais e Senadores? Estão escondidos aonde? Enquanto ficam cada um querendo aparecer na mídia furada, dizendo que fazem e fizeram o que nunca aconteceu, problemas como o Linhão de Tucuruí e o aumento na tarifa de energia elétrica, mas são resolvidos. Eu ainda não vi nenhum pronunciamento das nossas autoridades federais. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Deputada Aurelina, Vossa Excelência não conseguiu falar com as autoridades porque não procurou o Senador Romero Jucá, senão tinha falado com qualquer autoridade da república.

Deputada, há quinze anos atrás eu andei mexendo com a história da BR-174 e recebi uma carta carinhosa, bonita do administrador da FUNAI. E fui lá e me mostraram toda a estrutura que eles têm. Também me disseram que todo mês recebiam royalties generosos da União. Por que não fazem isso agora? Por que não dão os royalties que eles estão pedindo? Acostumaram a dar royalties a eles e agora tiraram. Agora, mais uma vez lhe digo que, quem paga a conta é o pobre coitado que comprou um ventilador a prestação na Casa Lira, o qual queimou com essas quedas de energia, porque ela voltou tão forte que na minha residência também queimou alguns aparelhos. Vossa Excelência está de parabéns pelo pronunciamento. Eu assistir de manhã, no Bom Dia Brasil, o Senador Telmário Mota dizer que já está tomando as providências. Espero que ele realmente tome, porque precisamos dos nossos Senadores para que possamos, o mais rápido, possível resolver esse problema que está atrapalhando a vida do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Então, essa é a realidade, a escuridão já está aí. Só que a brincadeira começou com 15 minutos, 20 minutos, depois três horas. Se estiverem confiando na Venezuela, tenham a certeza de que a escuridão vai chegar aqui, porque as águas da Venezuela também estão baixas e, naquele País todo mundo sabe que o pouco de energia que tiver será dos venezuelanos. E vão dizer, mas existe um contrato assinado para o fornecimento. Que fornecer energia para Roraima coisa nenhuma. O Maduro vai dizer: como vou dar uma coisa que eu não tenho. Então, gostaria de pedir as autoridades aqui, a realização de uma Audiência Pública, porque qualquer coisa que for feita, meu querido Deputado George Melo, é importante, mas, tem que ser uma coisa que tenha início, meio, fim e não caia no esquecimento. Eu acho que no programa Barra Pesada vou começar a fazer um movimento ordeiro e pacífico, pedindo ao povo para se manifestar, pois é o povo mais humilde que está sofrendo muito. E peço informação dos Deputados mais antigos, que têm mais conhecimento...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Gostaria de lhe dar uma sugestão, que comece a convidar aos parlamentares federais para irem ao seu programa, para que participem *in loco* com a população.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Então, vamos lutar enquanto a escuridão não toma conta do Estado de Roraima, porque ela vai chegar e rápido. Como disse o Deputado Chico Guerra, o Senador Telmário Mota iria procurar hoje o Supremo Tribunal Federal. Eu faço um apelo aos Senadores Romero Jucá e Ângela Portela para que também nos ajudem, juntamente com os nossos Deputados Federais, o Estado de Roraima unido contra a escuridão, porque se baixarmos a cabeça, tenham a certeza que a FUNAI vai fazer o que quer e a escuridão vai tomar conta do Estado de Roraima, as trevas vão chegar.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente,

senhoras e senhores Deputados, imprensa, senhoras e senhores na tribuna desta Casa. Quero, desde já, parabenizar o colega Izaías Maia por sua explanação nesta manhã. E também quero fazer hoje, uma discussão importante com relação ao que vem acontecendo no nosso Estado nos últimos anos. Este ano já é o quarto homicídio envolvendo policiais. E, nessa discussão, quero deixar o registro de que muitas vezes atiramos pedras nos policiais, mas não podemos generalizar, porque quando acontecem os concursos e são aprovados, tem uma etapa que os candidatos passam que é o psicotécnico. É, neste exame psicotécnico que os candidatos podem ser reprovados. Inclusive, já tive exemplos na minha família de alguém que passou no concurso, mas foi reprovado no psicotécnico. Eu perguntei se ele iria entrar na justiça para assumir o cargo e essa pessoa me respondeu que não, pois acreditava que não tinha equilíbrio suficiente para usar uma arma. E o que está acontecendo no Estado é isso, após a aprovação no concurso, a pessoa faz um psicotécnico com um médico que faz um estudo detalhado desse ser humano e comprova que ele não tem condição de exercer a profissão e o reprova no psicotécnico. Mas, esse candidato vai até a justiça e entra com uma liminar para assumir o cargo. Ora, imagine como um juiz ou um desembargador que nem viu esse cidadão pode dar uma liminar tornando-o apto a exercer a profissão. Então, entendo que é um direito da pessoa buscar na justiça seus direitos, mas a justiça é cega e não tem a menor condição de avaliar esse cidadão, por isso concede a ele o direito de assumir o cargo. Esse era o registro que queria deixar nesta Casa, para que a população comece a cobrar do judiciário uma solução para esse tipo de ação costumeira que estão utilizando quando da realização de um concurso. Nós sabemos o quanto é doloroso passar em um concurso e não tomar posse, mas existem profissões que exigem de você um controle emocional muito grande para exercê-la. A profissão de policial, por exemplo, não é para todo mundo, é para poucos. É preciso ter muito equilíbrio para andar armado. Ontem, perdi um primo assassinado. Foram três vítimas de uma vez só. Em um momento de extremo acesso de raiva, um policial tirou a vida de três pessoas, um profissional que aprendeu na academia a usar uma arma, a manusear uma arma com destreza. Imagine isso em uma população desarmada no Brasil, onde ninguém pode ter arma. Um profissional muito bem treinado com uma arma na mão. Imagine o perigo que é uma pessoa descontrolada com uma arma na mão, diante de uma população ordeira, sem a menor segurança, pois quem deve proteger é quem pode te alvejar. Então, nesta manhã de hoje, quero lamentar e deixar esse registro para que as autoridades judiciárias comecem a se preocupar com esse tipo de manobra para tomar posse em concurso, porque isso não vai somar com a segurança da nossa população, pelo contrário, vai nos deixar mais vulneráveis. Sei que quem passa no concurso se sente desrespeitado por ter estudado e não poder assumir o cargo, mas ele tem que entender que um concurso como o da polícia tem várias fases, não é só a inteligência comprovada na prova escrita, tem que ter equilíbrio emocional e é essa estrutura emocional que tem que ser avaliada. Quero, nesta manhã, deixar essa mensagem para que as pessoas possam fazer essa reflexão, não só as pessoas que estão aqui, mas me dirijo diretamente ao Judiciário.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado pelo aparte. Em primeiro lugar, quero me solidarizar com as famílias, por que tudo o que falamos para essas famílias que perderam seus entes queridos é pouco. É inaceitável. Assim como também é inaceitável a conduta do policial que tirou essas três vidas, enlutando famílias. Não podemos concordar de forma nenhuma com qualquer tipo de violência policial, muito menos com aqueles que ceifam a vida de cidadãos de bem. Agora, Deputado George, a justiça tem sua parcela de culpa, às vezes julgando somente o papel frio, pois não conhece a realidade que levou ao afastamento e a não recomendação do cidadão para assumir o cargo de policial. Concordo com vossa excelência, mas o problema é bem maior do que isso. Primeiro, quero deixar claro e notório que os policiais são oriundos de uma sociedade que a cada dia mais se afasta da fé e se deixa levar pela mídia e pelo consumismo. Os nossos jovens que ingressam na polícia militar, no serviço público e outros, pertencem a nova geração dos vídeos games, que desde pequenos vivem, veem e assistem que a coisa mais banal é tirar uma vida. Isso banalizou a vida. Essa é a realidade. Mas, além disso, há um processo seletivo, a formação e o acompanhamento. Hoje, ao fazer um concurso você mostra que é bom de caneta, atinge uma boa nota, se destaca, passa por uma investigação social, que não é eficiente, diga-se de passagem, pois não tem a eficiência que deveria ter para fazer um levantamento da vida pregressa daquele cidadão, para saber se de fato ele pode assumir a função de policial militar e aí, vai para a academia. Antes de falar da academia gostaria de chamar

o Deputado Coronel Chagas, o Deputado Jorge Everton e todos os Deputados para fazermos uma discussão profunda sobre a formação do policial militar e civil, fazermos uma discussão sobre o que pede a grade curricular, sobre o que é ensinado na Academia de Polícia aos nossos policiais. Qual o conteúdo programático que está na grade curricular? Precisamos reavaliar esse conteúdo. Falo isso porque passei nove meses na academia, fazendo curso de soldado e lá me diziam que um militar é mais forte que o tempo. Mas não é isso. O militar é um ser humano como qualquer outro, vulnerável a qualquer tipo de mazela. Se não houver uma capacitação e uma preparação na sua formação policial, não será um bom profissional. Nós fizemos a nossa parte nesta Casa, estabelecendo o estágio probatório, inclusive, os dois policiais envolvidos nestas ocorrências estão em estágio probatório. Dificilmente eles seriam aceitos na avaliação do estágio probatório, pois já vinham demonstrando sinais incompatíveis com a carreira policial militar. Agora, a grande questão é: vamos dizer que esse policial ou outro qualquer consiga fazer a prova, se destacar no curso de formação e se comportar de maneira adequada até que passe o estágio probatório, mas e dali para frente? Recentemente, tivemos um caso em que um policial, um tenente, com quase trinta anos de serviço, matou a ex-esposa e depois se matou. E outros casos já ocorreram, são rotineiros nas polícias de Roraima e de outro Estado. Então, o que está faltando, Deputado George Melo? Está faltando um acompanhamento da corporação, um acompanhamento permanente, inclusive, criarmos uma cultura dentro da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, nas polícias, onde o próprio colega possa identificar um outro colega com problema e dar ciência ao comandante, para que tome a devida providência, ou até mesmo, o próprio policial procurar ajuda. No entanto, há uma cultura dentro das corporações que você está estourando de problemas, mas você é homem, é policial, não pode recorrer a um psicólogo, à ajuda de um psiquiatra, de um profissional que possa lhe ajudar, porque já está arraigada à cultura o fato de um policial não demonstrar essa fragilidade. Então, ele fica igual a uma panela de pressão quando estoura, como no que ocorreu e outros. Nós precisamos preparar o nosso policial para fazer um enfrentamento do dia a dia, combatendo a violência, mas também preparar o policial para poder se ajudar, ou, até mesmo, criarmos uma cultura dentro das corporações, para que, a partir do momento que se perceber que um colega está com problema ao demonstrar sinais, e isso não é da noite para o dia, é uma sequência de sinais, aí encaminhamos esse colega. Inclusive, temos uma lei aprovada aqui, nesta Casa, da ex-Deputada Marília, que determina que os policiais têm que passar por uma avaliação a cada ano, ou a cada dois anos com um psiquiatra e um psicólogo. Mas, isso não é praticado nas corporações, o próprio policial se nega a ir para a consulta, porque é algo parecido como o exame da próstata, há uma cultura de nós homens não queremos fazer o exame, mesmo tendo toda recomendação médica. Assim também é a questão do policial, há uma cultura de não procurar ajuda. Então, é preciso, lá na sua formação, prepará-lo para isso. A pessoa tem que ter a capacidade de fazer um auto diagnóstico, ou temos que criar um ambiente cultural dentro das corporações e termos mecanismos para isso. O policial, quando tem um problema e apresenta um atestado, é chamado de gazeteiro, dizem que ele não quer trabalhar, que está fazendo corpo mole, mas ninguém sabe o que está por trás da vida daquele policial. Então, nós queremos fazer essa provocação, discutir a grade curricular e a formação de nossos policiais, criarmos, imediatamente, um acompanhamento permanente dentro das corporações para tentarmos minimizar esse desequilíbrio emocional dos nossos policiais. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua - Deputado Soldado Sampaio, quero parabenizá-lo pelo cuidado, pela sua preocupação com o policial. Mas, infelizmente, o grande prejudicado nisso tudo foram as famílias que perderam um ente querido. Nós sabemos, Deputado Izaías, pode passar 20 anos, numa circunstância normal já não se entende, imagina dessa forma, a dor será a mesma. Estas famílias precisam, também, de acompanhamento psicológico, porque com certeza perder um filho jovem, você se revolta com o mundo, não acredita mais em Deus, não acredita na justiça, não acredita mais em nada. Gostaria de deixar essa mensagem na manhã de hoje, ressaltando que me solidarizo com essas famílias que vieram a perder seus entes queridos. Quero deixar registrado todo o meu respeito a essas pessoas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Senhor Presidente, Deputado George, só para complementar o pensamento de Vossa Excelência e do Deputado Sampaio, além de ter um acompanhamento psicológico permanente, tinha que ser

obrigatório o policial militar frequentar o psicólogo, o qual deve estar todos os dias de serviço na polícia militar. É fato que essas coisas só vêm à tona quando acontece uma situação como essa, mas é natural, isso não acontece só aqui em Roraima, em todo o Brasil um problema só entra para o debate quando de fato acontece uma tragédia, aí que vamos ver o quanto estamos descobertos com relação a algumas coisas. Um dos grandes males que acontecem hoje, é no filtro da entrada de policiais militares, civis e bombeiros militares para a corporação, geralmente quando a corporação militar decide que um candidato não pode participar, o cara consegue uma liminar judicial e entra. Ontem mesmo foi preso um policial militar que conseguiu uma liminar judicial para ficar na polícia militar, o qual e ainda está sob o efeito dessa liminar. Ele foi preso em flagrante traficando cocaína e outros tipos dessa natureza, ou seja, a polícia militar estava certa, mas o judiciário mandou ele entrar. O judiciário é isso, é para dirimir dúvidas, dirimir essas questões, mas essas coisas não deveriam passar, porém não cabe a nós legislar sobre isso, teria que ficar sob a responsabilidade polícia militar, da polícia civil quem permanece lá ou não, porque são eles que estão lá no dia a dia e que sabem como está o comportamento de cada indivíduo. A Corregedoria das polícias tem que ser mais enérgica para tomar decisões, tem que ser mais ativa no sentido de punir com severidade àqueles que têm desvios de comportamento. E uma coisa que nós podemos fazer de imediato, inclusive já propus à Assessoria da Casa preparar um Projeto de Lei para nós e verificar a constitucionalidade, no sentido que seja obrigatório o curso de nível superior para entrada tanto na polícia civil, como na polícia militar e no corpo de bombeiros, porque esse já seria um filtro muito importante, a exigência do nível superior para que se possa usar a farda de policial militar, o distintivo do policial civil, a farda do bombeiro militar, etc. Essa é minha colaboração com o pronunciamento de Vossa Excelência. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua - Deputado Mecias, quero agradecer pela sua participação e dizer que não precisa ser no Plenário, mas na Comissão de Segurança. Acredito acho que os Deputados membros da Comissão poderiam fazer o convite ao Comandante da Polícia Militar para que viesse até aqui, para que começasse a discussão e depois acabaria no plenário. Parabéns pela sua participação e agradeço pelo seu aparte.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Esta Casa também se solidariza com todos os familiares daquelas vidas que foram ceifadas por meio do ato irresponsável de um cidadão despreparado. O que resta esta a Casa é repudiar a intenção individual desse sujeito e pedir que a justiça seja feita o mais rápido possível. Nós já temos a informação, pela imprensa, que o cidadão já se entregou à polícia, e assim nós esperamos, porque o áudio que circula nas redes sociais com a própria voz do indivíduo cria, de uma certa forma, um conflito, um atrito. Ele é de um cidadão frio que tirou a vida de inocentes e não acontece absolutamente nada, a não ser uma simples prisão. Quero dizer ao Deputado Izaías Maia que, na quinta-feira, teremos uma Audiência Pública e, pessoalmente, estarei convidando todas as instituições de fiscalização e controle do Estado de Roraima, bem como a Boa Vista Energia e os membros que compõem essa questão que neutraliza o nosso Estado, impede o nosso desenvolvimento. Não vou ficar esperando por nenhum Parlamentar federal. Estou tentando, através das relações que nós temos com o Presidente da Assembleia do Estado do Amazonas, bem como com o Presidente do Parlamento Amazônico que esteve aqui em Boa Vista, ou seja, estou entrando em contato para que nós possamos marcar uma audiência com o Ministro das Minas e Energia. E se essa audiência for confirmada, nós iremos a Brasília, todos os Deputados Estaduais, em detrimento de um problema sério que nós estamos vivendo e que é desigual. Como disse em seu pronunciamento o Deputado Izaías Maia, nós temos, na Serra do Tipiti, uma mineradora extraindo minério e um Hospital com toda a instrumentalização necessária, contrariando os dispositivos da Constituição, desrespeitando a Carta Magna Brasileira, fazendo com que prevaleça uma decisão monocrática que um cidadão, ou uma cidadã ali proferiu, porque com certeza aquela ilicitude que está sendo feita aos olhos da justiça tem alguma complacência. E nós não podemos, de maneira nenhuma, impedir que o nosso Estado cresça por conta de uma fundação e de um ato irresponsável individual, ou coletivo, por parte do Governo Federal, diante de um Estado pobre, que enfrenta as suas dificuldades. E diante, também, da não participação das instituições políticas como um todo. E aqui, o Poder Legislativo também se inclui para que a gente possa contribuir e fazer a nossa parte. E nós não vamos deixar que essas páginas virem, sem dúvida alguma, um livro em branco na vida dessas pessoas. O que nós estamos vivendo em Roraima é um filme que nós vivemos há 15 anos atrás, à época daqueles apagões, antes da chegada do linhão de Guri.

Neste momento, passaremos para a Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 084/15, que requer a inclusão, na pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/15, que “Aprova o Relatório Final da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 05/15 e alterada pela Resolução nº 014/15, e dá outras providências”, de autoria de vários Deputados.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 022/15.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Anuncio para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/15, que “Aprova o Relatório Final da Comissão Especial Externa, criada pela Resolução nº 05/15 e alterada pela Resolução nº 014/15, e dá outras providências”; do Decreto Legislativo nº 035/15, que “Concede a comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Deputado Francisco de Sales Guerra Neto, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Dhiago Coelho; do Veto total ao Projeto de Lei nº 034/15, que “Estabelece os critérios de avaliação de dislexia nos concursos de provas e títulos para investidura em cargo ou emprego da administração direta ou indireta, conforme Mensagem Governamental 046/15”; da Proposta de Moção de Pesar nº 034/15, aos familiares do Senhor Eliésio Oliveira Bezerra e de sua filha Jannyele Figueira Bezerra, os quais faleceram no dia 9 de novembro do corrente, nesta capital, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; da Proposta de Moção de Pesar nº 035/15, aos Familiares do Senhor Ernande Rodrigues, cujo falecimento ocorreu dia 9 de novembro do corrente, nesta capital, de autoria da Presidência; e do Requerimento nº 085/15, que requer a transformação da Sessão Plenária do dia 12 de novembro do corrente ano, às 10h, em Comissão Geral, momento em que a Assembleia Legislativa receberá autoridades do Setor Energético, bem como o Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, para discutirem o valor do reajuste na tarifa do fornecimento de energia elétrica, de autoria de vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 085/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 085/15.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Eu só quero fazer uma pergunta. O primeiro Requerimento do Projeto de Decreto Legislativo é sobre o quê?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O primeiro Requerimento é sobre a questão da saúde. Nós temos aqui os Requerimentos que foram apresentados pela maioria dos Senhores Deputados. Um Projeto de Decreto Legislativo; a Comissão Geral para ser reunida e, temos também a inclusão de Projeto de Decreto Legislativo.

Em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, só para entender. O relatório foi aprovado na Comissão e agora vai para onde? O relatório da Comissão Especial vai para a votação do plenário agora?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Ele vai para a votação do plenário, conforme Requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Mas nós não temos conhecimento do relatório, como é que nós vamos votar?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Foi feita uma Comissão Especial, que foi lançada no mês de janeiro. O presidente distribuiu cópias do relatório para todos os Senhores Deputados tomarem conhecimento. Foi feita uma comissão especial que analisou e tem um relatório.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Eu acho que não foi encaminhado para os Deputados não. Qual é o teor desse relatório?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputada Aurelina, o relatório que nós vamos analisar agora é sobre o requerimento que o plenário acabou de aprovar. O conteúdo obtido no plenário será levado agora ao conhecimento de algum outro Deputado que por uma razão ou outra qualquer não tenha tido conhecimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, só teve conhecimento a comissão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não, o relatório foi lido e aprovado em plenário. Vossa Excelência poderia não estar no dia da Sessão.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Eu nunca falto à Sessão não!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito cópia da Ata de aprovação em plenário para que seja entregue passado para a Deputada Aurelina imediatamente.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, que tenha sido lido. Eu só gostaria de saber o que eu vou votar. Então, que seja lido o relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura, na íntegra, do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/15 que “Aprova o relatório final da Comissão Especial Externa, criada pela Resolução nº 005/2015 e alterada pela Resolução nº 014/15, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o relatório.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, eu queria pedir vistas, porque o relatório é amplo e tem várias questões abordadas para termos a consciência do que estamos votando.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Na verdade, o Projeto foi lido na comissão de janeiro, como eu já tinha dito que nós criamos e publicamos.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Por isso mesmo, como foi uma comissão especial, vários Deputados não tiveram a oportunidade de discutir, por isso que eu estou pedindo vistas do projeto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – A Comissão é composta pela Deputada Lenir, que é presidente; Deputada Angela Águida Portella, vice-presidente; Deputado George Melo, relator; Deputados Izaias Maia, Zé Galetto, Oleno Matos e Odilon Filho, membros. O relatório foi lido na Comissão e aprovado com o voto contra do Deputado Odilon. Os demais votaram favoráveis. E um requerimento solicitado pelo Deputado relator, Deputado George Melo, o que é prerrogativa de qualquer Deputado, de acordo com o artigo 23 do Regimento Interno da Assembleia. E ele solicitou para que a Mesa Diretora fizesse um requerimento, consultando o plenário, para que o Projeto de Decreto Legislativo fosse apresentado e, conseqüentemente, votado nesta Casa. Vossa Excelência deseja pedir vistas? É o artigo 67 que Vossa Excelência pede...

O Senhor Deputado **George Melo** - Eu tenho intenção de votar este Projeto ainda hoje. Mas, o plenário é soberano. Eu gostaria que Vossa Excelência ouvisse o plenário.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Esta Comissão tem mais de seis meses de criação, houve ampla discussão, eu estava no dia em que o único Deputado que votou contra foi o Deputado Odilon. Eu estava presente na reunião, foi até no plenarinho. Depois de tanto tempo que está na Casa e somente agora que vem ao plenário, vem um Deputado e pede vistas, parece até que é uma coisa para postergar. Já foi votado na Comissão... vem para plenário e vem um Deputado e diz: eu quero pegar que é para ficar mais 6 meses. Quer dizer, eu acho que isso é um ato protelatório. Vossa Excelência deve submeter ao plenário para que possamos votar hoje.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero associar-me à Deputada Aurelina no pedido de vistas, até mesmo porque a matéria não está em regime de urgência, portanto, cabe vistas ao Deputado que requerer. Deputado Xingú, não quero pedir vistas como prática de alguma ação protelatória para não ocorrer a votação, a questão é que de fato eu desconheço o conteúdo do relatório. Lídero um bloco pequeno, do qual não tinha sequer um representante do nosso bloco na Comissão, ela foi criada mesmo antes da formatação dos blocos, reconheço isso, mas tenho que ter acesso para orientar o nosso bloco, nos comprometendo a trazê-lo na quinta-feira. Eu acho que dois dias a mais não vai criar nenhum obstáculo ao G14, ou para o relator que requereu a inclusão na pauta da Ordem do Dia, até porque fui pego de surpresa, pois não estava na pauta da Ordem do Dia. Houve um Requerimento que foi acatado, mas também é um direito nosso de ter acesso à matéria.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Na condição de Presidente da Comissão, quero declarar que os procedimentos na Comissão obedeceram o princípio do contraditório e ampla defesa,

foram ouvidas várias pessoas, como servidores e o Secretário. Fizemos visitas técnicas, fomos ao gabinete do Secretário, com todo respeito, sem politicagem, de forma técnica, buscando ser isentos. Agora, quando algo fere o princípio constitucional da legalidade, se há indícios, eu acho que temos que fazer o nosso dever constitucional que é o acompanhamento do orçamento público que se transforma depois em realização de políticas públicas de saúde, que é o caso. Mas, respeito. Quanto ao Deputado Soldado Sampaio, mesmo depois da formação dos blocos o Deputado Oleno Matos fez parte da Comissão, inclusive foi favorável ao relatório, então, ele está nesta Comissão e votou favorável ao relatório. O único voto contrário foi do Deputado Odilon Filho. Mas, sem querer ser contra o meu líder, eu acho que a Deputada Aurelina tem razão, somos pares da mesma Casa, temos os mesmos direitos, se não estamos seguros de uma votação, ela tem toda razão, inclusive ela é uma pessoa antiga nesta Casa, acho que até merece o nosso apoio. O Senhor, democraticamente e de forma individual dê vistas a nossa colega, porque eu acredito que agora é ela outra hora pode ser eu que posso estar precisando. Eu acredito que não devemos criar celeuma... às vezes, a agente tem muitas atribuições, participamos de várias comissões ao mesmo tempo... o povo acha que nós não trabalhamos, enquanto a gente só falta morrer de trabalhar, tem dia que saímos daqui já é noite, são muitas coisas. Portanto, eu acho que temos que ter essa reverência com a Deputada Aurelina, por ela ser uma pessoa das mais experientes desta Casa.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** - Por se tratar de um projeto de urgência urgentíssima, são só dois dias, a Deputada retira hoje e na quinta-feira tem a obrigatoriedade de devolver.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - A Deputada Aurelina solicitou com base no artigo 67 do Regimento Interno, que dá dois dias úteis. O que nós vamos fazer? Vamos conceder o pedido de vistas à Senhora e vamos estender o documento a todos os Senhores Deputados para que depois eles não digam que não tiveram conhecimento, e vamos estabelecer que o Projeto entre na pauta da Ordem do Dia da próxima terça-feira, sem adiamento de discussão ou votação. Eu gostaria de recorrer ao plenário se concorda, para que nós possamos votar na terça-feira, porque se algum Deputado pedir adiamento de discussão, aí eu vou submeter ao plenário, porque cabe a mim, acatar ou submeter à avaliação do plenário. Então, fica firmando assim.

O Senhor Deputado **Janio Xingú** pede Questão de Ordem - Eu só falei do ato protelatório, porque desde o mês de janeiro que nós não estamos findando nenhum projeto nesta Casa. Se falou em CPI e não abriu, falou-se em Comissão processante e nada... E você vai perdendo o crédito, vai falando demais e nada acontece, é isso que eu quis dizer. Quero dizer a Vossa Excelência que terça-feira vou votar pelo arquivamento, não vou ficar aqui brincando de ser Deputado, até porque vou ficar aqui o ano todo. Como diz o Deputado Izaias Maia, a minoria está mandando na maioria, estamos protelando e as pessoas lá fora pensando que estamos nos vendendo, que estamos fazendo acordo com o Governo. Quero dizer que não tenho nenhum acordo com o governo, terça-feira voto pelo arquivamento.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Quero dizer que não estamos dizendo quem é a favor, tampouco quem é contra o Governo, o voto é de Vossa Excelência e vota da maneira que quiser, é um direito seu. Agora, não posso negar o direito constitucional e regimental do Deputado. A Deputada tem todo direito de pedir vistas e o projeto está acordado para vir à plenário na terça-feira, será votado na terça-feira, e cada Deputado vota da maneira que achar que deve votar. Nós não estamos aqui postergando e nem impedindo que a Assembleia Legislativa cumpra o seu papel. Estamos sim, com responsabilidade, cumprindo o nosso papel. Quero aqui dizer que nós não estamos omissos, senão eu nem colocaria o requerimento apresentado pelo relator para votar, e nós colocamos o requerimento para votar, ele foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados, se existe um ou outro Deputado que quer analisar melhor a matéria para aplicar o seu voto, é um direito regimental. Então, está concedido o pedido de vistas para os Deputados Sampaio e Aurelina. Será conjuntamente apreciado pelos dois e também peço ao Departamento técnico desta Casa que estenda também aos demais Deputados, para que nenhum Deputado depois venha a esta Casa e peça adiamento de discussão ou votação, porque será negado. Terça-feira nós temos a pauta.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** - Senhor Presidente, gostaria, de ressaltar a importância do eminente Parlamentar, Deputado Estadual Chico Guerra. Gostaria de falar um pouco da história do Deputado Chico Guerra. Ele está nesta Casa desde a primeira legislatura, completará, neste ano, 25 anos consecutivos no Poder Legislativo. Em 2018 vai completar seu mandato com 28 anos nesta

Casa. Meu Deputado, gostaria de lhe conceder uma homenagem melhor do que essa, mas, infelizmente, ao procurar a Consultoria Jurídica da Casa, fui informado de que tal homenagem só poderia fazer *in memoriam*. Então, eu desejo que o senhor tenha ainda muitos anos de vida. E não existe homenagem mais bonita do que homenagem a pessoa em vida, pois não precisamos esperar que alguém venha a falecer para podermos homenageá-la. Estamos aqui com este Decreto Legislativo lhe concedendo a Comenda Orgulho de Roraima e tenho certeza que, com o trabalho que o Senhor vem desempenhando ao longo da sua carreira política no Estado de Roraima, o senhor é um orgulho para este Estado, para os roraimenses, um orgulho para sua família. Fica aqui o meu pedido aos nossos Pares para aprovarmos esse Projeto em homenagem ao nosso Deputado Chico Guerra, um exemplo de pessoa, um homem de coração grande. Eu tive a oportunidade de conviver com ele no meu primeiro mandato. E há um ditado que diz: a gente só conhece uma pessoa quando convive com ela. Muitas vezes a gente julga as pessoas sem conhecê-las. Tive a oportunidade de conviver com o Deputado Chico Guerra e aqui ele demonstrou quem ele é, do que é capaz de fazer, do seu companheirismo. Fica aqui o meu agradecimento pela nossa amizade. Muito obrigado por tudo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Esta Presidência também enaltece o reconhecimento do Deputado Dhiego pelo trabalho do Deputado Chico nesta Casa, um Deputado extremamente amigo, parceiro, companheiro deste Parlamento e que teve uma parcela de fundamental importância para que estivéssemos aqui, hoje. Quero aqui, Deputado Chico, além de parabenizar o pedido do mérito legislativo, que é sem dúvida nenhuma a maior comenda da Assembleia Legislativa que está sendo dada a um merecedor que é Vossa Excelência. Costumamos elogiar e enaltecer muitas pessoas de fora e deixamos de olhar para as pessoas que, desde o primeiro dia de implantação desta Casa, estiveram aqui. Vossa Excelência é o único Deputado com sete mandatos e é, sem dúvida alguma, o decano desta Casa, a nossa referência política e um amigo de todas as horas. Merecidamente, quero parabenizar o Deputado Dhiego e invejá-lo, pois gostaria que fosse de minha autoria também esse pedido do mérito, porque realmente Vossa Excelência merece, não só por parte dele, mas de todos os roraimenses. Parabéns ao Deputado Dhiego e a Vossa Excelência por essa merecida comenda.

A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 035/15.

Temos aqui o Veto total ao Projeto de Lei nº 034/15 que "Estabelece os critérios de avaliação da dislexia nos concursos de provas e títulos para investidura em cargo ou emprego da administração direta, ou indireta conforme Mensagem Governamental 046/15".

Vou suspender a Sessão por um minuto para que os líderes entrem em consenso em relação ao Veto.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Discussão e votação da Proposta de Moção de Pesar nº 034/15, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, aos familiares do Senhor Eliésio Oliveira Bezerra e de sua filha Jannyele Figueira Bezerra, os quais faleceram no dia 9 de novembro do corrente, nesta capital.

Em discussão a Moção de Pesar. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada a Moção de Pesar nº 034/15.

Discussão e votação da Proposta de Moção de Pesar nº 035/15, de autoria da Presidência, aos Familiares do Senhor Ernando Rodrigues, cujo falecimento ocorreu dia 9 de novembro do corrente, nesta capital.

Em discussão a Moção de Pesar. Não havendo quem queira discuti-la, colocou-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada a Moção de Pesar nº 035/15.

Discussão e votação do Veto total ao Projeto de Lei nº 034/15, que "Estabelece os critérios de avaliação da dislexia nos concursos de provas e títulos para investidura em cargo ou emprego da administração direta ou indireta, conforme Mensagem Governamental 046/15". Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer ao Veto total ao Projeto de Lei nº 034/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 034/15.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão o Veto.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, gostaria de, humildemente, conclamar aos meus Pares para votarem contrário ao Veto, porque todos nós lembramos, inclusive um exemplo, quando da realização da Audiência Pública solicitada pelo Deputado Mecias de Jesus e também à frente da solenidade a Deputada Angela, do depoimento emocionado do presidente da Assembleia de Deus, Pastor Isamar, dizendo das dificuldades que uma pessoa que tem dislexia de ter acesso ao serviço público. Naquele dia, eu já tinha dado entrada no projeto. Várias pessoas serão beneficiadas, o projeto não vai gerar despesas ao Estado porque quando o Poder Público contrata uma pessoa para fazer o concurso, já está embutido no preço do contrato a avaliação de qualquer tipo de deficiência, ou seja, isso já é lei no nosso país. Então, não vai gerar nenhum ônus, apenas vai oportunizar as pessoas que têm dislexia a realizarem concurso público. Inclusive, as famílias que têm crianças e jovens com dislexia têm vindo aqui, na Assembleia, anonimamente, porque a dislexia em geral é um fator que causa vergonha na família, causa constrangimento, as crianças, os adolescentes, os adultos sofrem nas escolas. Fui procurada por famílias que estão vindo aqui, esperando por esta votação, na esperança de que esta Casa possa dar uma oportunidade às pessoas que sofrem com dislexia. Quero, humildemente, pedir a cada um dos nossos colegas apoio. Eu, como professora, fui muitos anos alfabetizadora e sei o que é esse problema. Às vezes, as pessoas não têm condições de pagar uma fonoaudióloga, pois custa 80 reais meia hora de consulta. Essa é uma oportunidade de vida que vamos dar às pessoas com problemas de dislexia.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, gostaria de pedir ao bloco do G-14 que votem não ao Veto.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, nós discutimos o Veto do Projeto da Deputada Lenir e gostaríamos de nos aliar as palavras que ela aqui proferiu. Existe uma coisa que na análise dos nossos projetos está fugindo na análise jurídica. Por exemplo, o projeto da Deputada Lenir, não acarreta despesas para o Executivo. É um projeto que basta constar no edital da empresa particular que vai fazer uma exigência a mais. Mas, veio com o parecer contrário tanto da nossa consultoria, quanto com relação ao veto. Então, não estão atentando, muitas vezes, para essa análise, ou seja, para que é que realmente causa despesas. Sei que tem uma série de questões de vício de iniciativa que se considera nas análises, mas nesse caso, trata-se apenas de acrescentar nos editais mais uma doença que deve ser analisada, e lá tem uma equipe pronta para isso, não é o Executivo que vai pagar, não pode ser previsto nos orçamentos. É uma condição a ser estabelecida nos editais de concurso público, por conta da empresa que venha a realizar esse concurso.

O Senhor deputado **Chico Guerra** – Presidente, eu vou pela parte técnica e pela audácia da gente fazer essas leis que venham a ser constitucional. A gente não sabe se vai ser inconstitucional, quem vai dizer é o Tribunal de Justiça. Enquanto isso, as pessoas que irão se beneficiar, vão estar se beneficiando. O Estado ou a Governadora, se quiser, que entre em contato com o Tribunal de Justiça para se a lei é ou não inconstitucional. Isso leva anos e, na pior das hipóteses, essas pessoas que necessitam desse tratamento terão o tratamento até que o Tribunal de Justiça se manifeste.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quero pedir desculpas aos Senhores Deputados que estavam há pouco falando com o Deputado Vicente, do Estado do Amazonas, pois já existe uma confirmação com a presença do Ministro das Minas e Energia, onde iremos todos os 24 Deputados Estaduais. Ele vai me confirmar a agenda do Ministro para que ele nos receba nessa semana, ou na segunda ou terça da próxima semana. Estou só aguardando a resposta e devo confirmar aos Senhores Deputados o dia da audiência.

Continua em discussão.

O Senhor Deputado **Izaias Maia** - Qualquer família que enfrente um problema de saúde ou de qualquer coisa envolvendo seu ente querido, já merece o nosso respeito.

Então, vamos fazer a nossa parte, dar apoio a essas famílias. O futuro a Deus pertence. Se alguém reclamar que reclame. Que a justiça seja feita, porque ao darmos apoio, estamos cumprindo com a nossa parte, não só perante a essas famílias, mas perante Deus.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, passamos para votação. A votação será secreta e para que o projeto da Deputada Lenir, que é um projeto absolutamente sério, voltado para aquelas crianças que têm dificuldades de aprendizado, que têm deficiência para entender determinadas matérias e que o governo, através de políticas públicas, com psicólogos, enfim, com vários segmentos já

contemplam essa estrutura da própria Secretaria Estadual de Educação, possam dar uma atenção especial a esses alunos. O projeto de dislexia, quero dizer aos Senhores Deputados, é um projeto reconhecido em sete Assembleias do Brasil e está em plena atividade funcional, destaque para a Assembleia de São Paulo, onde existe um estudo da Secretaria Estadual de Educação voltado exclusivamente para os alunos portadores desse pequeno distúrbio de entender determinadas coisas e determinadas matérias.

Para derrubar o veto, necessitam de 13 votos. Aqueles que votarem com o projeto de autoria da deputada Lenir, devem votar não. Votando “não” os Deputados derrubam o veto. Votando “sim”, os Deputados acatam o veto.

Solicito a liberação do painel.

Encerrada a votação. O Veto está rejeitado com 03 votos sim, 17 não.

Segue, portanto, para promulgação, para que seja uma lei de autoria da Deputada Lenir Rodrigues. A Mesa parabenizar Vossa Excelência pelo projeto.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Senhor Presidente, queria agradecer, primeiramente, ao Deputado Dhiego Coelho por esse carinho especial e por ter feito essa referência especial a mim, ao senhor e aos demais Deputados que acompanharam o Deputado Coelho pela votação unânime. Fico feliz de ter esses amigos aqui, nesta Casa. Tenho certeza que iremos continuar da mesma forma, plantando harmonia, carinho. Muito obrigado, Deputados.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para comunicar aos Senhores Deputados que são membros da Comissão de Orçamento: Aurelina Medeiros, Dhiego Coelho, Izaias Maia, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Soldado Sampaio, que haverá para reunião ordinária desta Comissão hoje, às 15h, nas Salas de Reuniões, para apreciação e liberação das proposições constantes na Ordem do Dia. Temos pelo menos 04 proposições para serem discutidas e deliberadas na Comissão de Orçamento, além de receber as emendas ao PPA e a Lei Orçamentária anual.

Também, Senhor Presidente, para comunicar que recebemos do Presidente do Parlamento Amazônico, um ofício circular que comunica que a 4ª reunião ampliada do Colegiado do Parlamento Amazônico vai acontecer no dia 16 de novembro de 2015, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, na cidade do Rio Branco. Então, é um convite do Deputado Estadual Sinésio Campos para todos os Deputados que compõem o Parlamento Amazônico.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, sobre a questão problemática da energia do linhão do Tucuruí, dizem que o Ministério de Minas e Energia, Eduardo Braga, infelizmente não tem força para resolver. Talvez, a FUNAI possa dar uma explicação sobre o que está acontecendo e o que precisa para que seja liberado lá, ou a Presidente da República. Por exemplo, o Amazonas luta há mais de 10 anos pela BR-319 que o governo asfaltou mais de 50%, fez a ponte sobre o rio madeira, mas até hoje não conseguiu a licença ambiental para se asfaltar um trecho de 200 quilômetros. E tinha o Ministro dos Transportes, mas ele não conseguiu.

Então, hoje, a gente só pode ter uma reunião com o Presidente da FUNAI para dar uma explicação precisa, quanto vai custar, ou da Presidente da República. Não sei a FUNAI está subordinada a ela, porque é ela que vai resolver o problema. Os Ministros da Justiça, de Minas e Energia não resolvem, porque a questão é ambiental. A FUNAI tem a palavra final e tem autonomia, acredito que até acima da Presidente da República, pois é o que a gente tem visto nos últimos tempos. Era isso, Senhor Presidente.

A Senhora Deputada **Angela A. Portella** – Gostaria de convocar os membros da Comissão dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e de Ação Social para que possamos nos reunir logo após a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 11, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**  
**Ata Sucinta Aprovada em: 11/11/2015**